

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.436.304 - SP
(2019/0018649-1)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : MARISA MONTEIRO MANTOVANI
EMBARGANTE : MARIA EMILIA MARAFANTI DE MEIRA BARROS
CARVALHO
EMBARGANTE : MARIA APARECIDA DUARTE
EMBARGANTE : MALVINA DIAS DOS SANTOS
EMBARGANTE : GETULIO NUNES
EMBARGANTE : JOAO ANTONIO ROSA
EMBARGANTE : VALDIR VENTURA
EMBARGANTE : ERMELINDA PEREIRA DE ANDRADE
EMBARGANTE : NILDA DE QUEIROZ FERREIRA
EMBARGANTE : LUCIENE DE ALMEIDA
ADVOGADOS : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720
WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006
FERNANDO MIL HOMENS MOREIRA - DF048957
EMBARGADO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
EMBARGADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : LIGIA PEREIRA BRAGA VIEIRA E OUTRO(S) - SP143578

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração interpostos por Marisa Monteiro Mantovani e outros contra decisão que conheceu do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento (e-STJ, fls. 344/350).

Aduzem os embargantes que a decisão recorrida é omissa, pois os fundamentos utilizados não são suficientes para impedir o conhecimento integral e o provimento do recurso especial, porquanto existem precedentes favoráveis à pretensão dos insurgentes.

Sustentam que a matéria foi prequestionada implicitamente.

Afirmam que a decisão proferida pela instância ordinária não está em harmonia com a orientação desta Corte Superior, uma vez que não é necessário aguardar o trânsito em julgado da sentença em mandado de segurança coletivo para o ajuizamento da ação de cobrança pretendendo o recebimento de parcelas pretéritas.

É o relatório.

Os embargos de declaração, como dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado.

Não há qualquer omissão, obscuridade, contradição na decisão combatida.

Segundo consignado na decisão ora recorrida (e-STJ, fls. 344-350), a

Superior Tribunal de Justiça

matéria referente aos arts. 3º, 4º, 139, IX, 337, §§ 1º e 4º, do CPC não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, ainda que implicitamente. Ademais, nas razões do recurso especial, os embargantes não apontam como violado o art. 1.022 do CPC/2015 para que pudesse ser suprida eventual omissão. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, conforme preceituam as Súmulas 211 desta Corte e 282 do Supremo Tribunal Federal.

De outro lado, o acórdão proferido pela instância ordinária encontra-se em harmonia com a orientação firmada por esta Corte Superior de que é necessário aguardar o trânsito em julgado da sentença em mandado de segurança coletivo para o ajuizamento da ação de cobrança pretendendo o recebimento de parcelas pretéritas. Ressalto, ainda, que os insurgentes não apontam precedentes contemporâneos em sentido diverso.

Percebe-se que os embargantes manejam os presentes aclaratórios em virtude tão somente de seu inconformismo com a decisão ora combatida, não se divisando, na hipótese, nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil a inquinar tal *decisum*.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator